



Prefeitura Municipal de São João do Ivaí

CNPJ. 75.741.355 /0001-30

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 01/2024

DATA: 11/01/2024

REGIME DE URGÊNCIA

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal realizar Processo Seletivo Simplificado para atender a necessidade de contratação de servidores públicos municipais em substituição provisória, e dá outras providências.

A Câmara de Vereadores São João do Ivaí, Estado do Paraná, aprovará e Eu, Carla Suzi Emerenciano, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, autoriza a realização de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para a contratação dos cargos mencionados, mediante a realização de provas de títulos e experiência profissional que subsidiará a referida contratação, em regime de urgência.

QUANTIDADE	CARGO	HORAS SEMANAIS
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente		
3	SERVIÇOS GERAIS	40 HORAS
1	MOTORISTA Categoria D	40 HORAS
1	MAQUINISTA	40 HORAS
1	INSEMINADOR	40 HORAS
Secretaria de Saúde		
3	Técnicos de enfermagem (atuação UBS e Hospital)	40 HORAS
3	Motoristas Categoria D	40 HORAS

Parágrafo único - A contratação a que se refere o caput deste artigo dar-se-á na forma de contrato de regime especial, regido pela consolidação das leis do trabalho, haja visto em caráter de excepcionalidade, temporariedade e necessidade do cumprimento do princípio da continuidade dos serviços públicos referente à prestação de serviços junto as secretarias municipais, e com respaldo no artigo 2º, inciso IV, e demais dispositivos da lei municipal 1658/2012, que deverão ser respeitados.



Prefeitura Municipal de São João do Ivaí

CNPJ. 75.741.355 /0001-30

Estado do Paraná

Art. 2º. A contratação será feita por tempo determinado, aplicando-se o teste seletivo, devido à urgência na prestação do serviço e terá duração de 06 (seis) meses.

§1º Permanecendo a necessidade que gerou a contratação na forma da Lei 1658/2012, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogados por uma única vez e até o prazo previsto no contrato original, não ultrapassando o prazo previsto no caput, quer seja por mais 06 (seis) meses.

§2º As prorrogações devem ser formalizadas em termo aditivo ao contrato inicial e encaminhadas para autorização governamental, no prazo máximo de 10 (dez) dias do termo final de vigência do contrato e plenamente demonstrada à necessidade de prorrogação da contratação nos termos desta Lei.

Art. 3º. É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores que já pertencem ao quadro da Administração Pública Municipal.

Art. 4º. A remuneração do pessoal contratado, nos termos desta Lei, será fixada em conformidade com as atividades prestadas e em importância não superior ao valor da remuneração inicial constante nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenham funções semelhantes.

Art. 5º. O pessoal contratado nos termos desta Lei fica vinculado obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social cujas contribuições devem ser recolhidas durante a vigência da contratação.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei serão atendidas à conta de dotações orçamentárias próprias da Saúde, estando desde já autorizadas à abertura de crédito especial e suplementação orçamentária.

Art. 7º. Aplicam-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei os direitos que seguem, dentre outros expressos na Constituição Federal e Consolidação das Leis Trabalhistas.

Art. 8º. São deveres do contratado, na forma da presente Lei, o cumprimento de todas as obrigações aos servidores e empregados públicos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 9º. Ao contratado na forma da presente Lei são aplicadas as vedações e a prática de atos previstos como tais no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 10º. O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:



Prefeitura Municipal de São João do Ivaí

CNPJ. 75.741.355 /0001-30

Estado do Paraná

I – receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II – ser novamente contratado com fundamento nesta Lei, antes de decorridos vinte e quatro meses do encerramento do contrato anterior.

Parágrafo Único – A inobservância do disposto neste artigo importará em nulidade do contrato sem prejuízo o da responsabilidade administrativa as autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 11º. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância instaurada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, com prazo de conclusão máximo de 30 (trinta) dias, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 12º. O contratado na forma da presente Lei responde civil, penal e administrativamente pelo exercício regular de suas atribuições, aplicando-se aos contratados na forma da presente Lei as prescrições previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 13º. Os contratados na forma desta Lei sujeitam-se às seguintes penalidades:

I – advertência, aplicada verbalmente em caso de mera negligência;

II – repreensão, aplicada por escrito, em caso de desobediência ou falta de cumprimento do dever sem incidência em falta que tenha resultado na pena de advertência;

III – rescisão da contratação, nos termos desta Lei, no caso de incidência de qualquer das hipóteses previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§1º É motivo de rescisão da contratação nos termos desta Lei, a ausência ao serviço por mais de 7 (sete) dias úteis consecutivos, sem motivo justificado.

§2º É também motivo de rescisão da contratação, nos termos desta Lei, a nomeação ou designação do contratado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Art. 14º. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, assegurando-se o pagamento das verbas rescisórias, em especial 13º salário proporcional, férias proporcionais acrescidas do terço constitucional:



Prefeitura Municipal de São João do Ivaí

CNPJ. 75.741.355 /0001-30

Estado do Paraná

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa do contratado.

§1º A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§2º A extinção do contrato, por iniciativa do contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia até o término do contrato.

Art. 15º. Efetivada a contratação autorizada por esta Lei, o contratante encaminhará a respectiva documentação ao Tribunal de Contas do Estado, para fins de registro.

Art. 16º. A contratação nos termos desta Lei não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

Art. 17º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de São João do Ivaí – PR, Gabinete da Prefeita, aos onze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro (11/01/2024).

CARLA SUZI
EMERENCIANO:00653846959

Assinado de forma digital por CARLA
SUZI EMERENCIANO:00653846959
Dados: 2024.01.11 10:45:42 -03'00'

CARLA SUZI EMERENCIANO

Prefeita Municipal

MENSAGEM



Prefeitura Municipal de São João do Ivaí

CNPJ. 75.741.355/0001-30

Estado do Paraná

São João do Ivaí, 11 de Janeiro de 2024.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores.

Encaminho o Projeto de Lei nº 01/2024 a essa Casa Legislativa, que tem por foco a contratação de servidores em substituição aos servidores exonerados ante a procedimento administrativo e determinação judicial, os servidores aposentados que encontravam-se nos cargos.

Informamos que ate a realização do concurso público que esta em fase de contratação, imperioso se faz esta contratação emergencial para fins de não atrasar os serviços públicos, eis que, a exoneração dos aposentados, conforme recomendado pelo Ministério Público em 2019 não foi realizado, ficando a cargo da atual gestão, mediante inclusive ação de obrigação de fazer interposta pelo órgão.

Justificamos a necessidade do Regime de urgência ante ao fato de não podermos ficar sem pessoal para as funções, sendo necessária, portanto a contratação temporária até que seja realizado o concurso público que apesar de termos solicitado ao setor competente no inicio de 2023, houve a dificuldade de levantamento de cargos e posterior veio a ação que determinou a exoneração, sendo necessário o aguardo para então fazer o levantamento das vagas reais, onde inclusive colocamos cadastro reserva para tentar suprir a necessidade da administração se houverem mais demissões, eis que, neste momento em diante necessário se faz o cumprimento da legislação e temos servidores prestes a se aposentar.

Assim o concurso será realizado tão logo seja contratada instituição, que devido ao final do ano e recessos das empresas e instituições de ensino não pode ser formalizada, mas que nos próximos dias estaremos finalizando.

Face ao exposto, submeto o Projeto de Lei nº 01/2024 para análise, assim, espero e confio que esta proposição seja aprovada pela unanimidade dos membros dessa Egrégia Câmara Municipal, ao mesmo tempo em que reitero a Vossa Excelência, aos integrantes da Mesa Diretiva, aos integrantes das Comissões Legislativas, e aos demais Edis os meus protestos de admiração e apreço fraterno.

CARLA SUZI
EMERENCIANO/00653846959 Assinado de forma digital por CARLA SUZI

EMERENCIANO/00653846959

OnData 2024-01-11 15:46:01-03:00

Carla Suzi Emerenciano

Prefeita Municipal

**Ilmo. Senhor
MD. Presidente da Câmara Municipal
São João do Ivaí - Paraná.**